

## POR UMA ECONOMIA HISTÓRICA (1).

---

Os resultados adquiridos pelas pesquisas de história econômica já são bastante densos para que nos seja lícito irmos para frente, pelo menos em pensamento, e de deduzir-mos, além dos casos particulares, regras que reflitam tendência? Em outras palavras, o esboço duma economia histórica atenta aos vastos conjuntos, ao geral, ao permanente, pode ser útil às pesquisas de economia, às soluções de grandes problemas atuais, ou, além disso, à formulação desses problemas? Os físicos, de vez em quando encontram dificuldades que somente os matemáticos, com suas regras particulares, encontram solução. Teremos nós, historiadores, de fazer idêntico pedido aos nossos colegas economistas? A comparação é muito vantajosa, sem dúvida. Pensamos que se desejarmos uma imagem mais modesta e talvez mais justa, poderíamos comparar os historiadores a esses viajantes que notam os acidentes da estrada, as côres da paisagem, as semelhanças, cujas aproximações conduziriam, para a solução de suas dúvidas, mas vão bater à porta dos nossos amigos, os geógrafos. Temos o sentimento, com efeito, durante as nossas viagens através do tempo dos homens, de ter adivinhado as realidades econômicas, estáveis estas, flutuantes aquelas, ritimadas ou não... Ilusões, reconhecimentos inúteis, ou então trabalho já valioso? Não podemos nos julgar sozinho.

Temos pois a impressão que um diálogo pode e deve ser travado entre as diversas ciências humanas: sociologia, história, economia... Para cada uma delas transtornos poderão advir. Estamos prontos, de antemão, a acolher esses transtornos no que concerne à história e, por conseguinte, não é um método de que seríamos capazes ou estaríamos desejosos de definir em algumas linhas. Pelo menos desejamos assinalar algumas questões que gostaríamos ver repensadas pelos economistas, para que elas voltem à história transformadas, esclarecidas, alargadas, ou talvez, ao inverso, reduzidas ao nada, — mas mesmo nesse caso, tratar-se-ia dum progresso, dum passo à frente. E' necessário também que se diga que não temos a pretensão de apresentar todos os problemas, nem

---

(1). — Artigo aparecido na *Revue Economique* (maio de 1950, n.º 1, pp. 37-44).  
Tradução, gentilmente autorizada pelo autor, por E. Simões de Paula.

mesmo os problemas essenciais que teriam a vantagem de sofrer o exame confrontado de dois métodos: o histórico e o econômico. Haveria muitos outros ainda. Mostraremos aqui, simplesmente, alguns que nos preocupam pessoalmente, sobre os quais tivemos ocasião de refletir, ao mesmo tempo que praticávamos o mister de historiador. Talvez eles se juntem às preocupações de alguns economistas, se bem que nossos pontos de vista nos pareçam muito afastados ainda uns dos outros.

## I

Pensamos sempre nas dificuldades do mister de historiador. Sem querer negá-lo, não nos é possível assinalar mais uma vez as suas insubstituíveis comodidades. Ao primeiro exame, não podemos tirar o essencial duma situação histórica quanto ao seu devir? Entre duas forças em oposição, não sabemos as que vencerão. Discernimos antecipadamente os acontecimentos importantes, os que terão consequência, a quem o futuro será finalmente entregue. Privilégio imenso! Quem poderia, nos fatos baralhados da vida atual, distinguir tão seguramente o durável e o efêmero? Para os contemporâneos, os fatos se apresentam muitas vezes, aí de nós, sobre um mesmo plano de importância, e os grandes acontecimentos, construtores do futuro, fazem tão pouco ruído — chegam sobre “patas de rolas”, dizia Nietzsche — que se advinha raramente a sua presença. Daí o esforço dum Colin Clark, ajuntando aos dados atuais da economia, prolongamentos proféticos em direção ao futuro, maneira de distinguir, de antemão, o aparecimento de acontecimentos essenciais que condicionam e dirigem a nossa vida. Todas as coisas derribadas, um desvario de historiador!...

E' pois o tropel dos acontecimentos vencedores na rivalidade da vida que o historiador percebe num relance; mas êsses acontecimentos, se substituem, se ordenam no quadro das possibilidades múltiplas, contraditórias, entre as quais a vida, finalmente, fez a sua escolha: por uma possibilidade que consumou, dez, cem, mil se dissiparam e algumas, inumeráveis, nem aparecem, muito humildes, muito furtivas para se imporem, de repente, à história. E' necessário, todavia, tentar introduzi-las aí, porque êsses movimentos fluidos são as forças múltiplas, materiais e imateriais, que, a cada instante, frearam os grandes impulsos da evolução, retardando o seu desabrochamento e, às vezes, puseram um termo prematuro a sua carreira. E' indispensável conhecê-los.

Diríamos pois que é necessário aos historiadores reagir contra as facilidades de seu mister, de não estudar somente o progresso, o movimento vencedor, mas também o seu oposto, essa abundância de experiências contrárias que não foram destruídas sem sacrifício, — diríamos a inércia, sem dar ao vocábulo qualquer valor pejorativo? E', num sentido, um problema dessa espécie que

Lucien Febvre estudou no seu *Rabelais*, quando pergunta se a descrença, a que um grande futuro está reservado — diríamos, para precisar o exemplo, a descrença refletida, de raízes intelectuais — se a descrença é uma especulação possível na primeira metade do século XVI, se o instrumento mental do século (entenda-se sua inércia em face à descrença) autoriza o nascimento e a formulação clara.

Esses problemas de inércia, de freagem, nós o encontramos no domínio econômico, e, ordinariamente, mais claramente apresentados, senão mais fáceis de resolver. Sob os nomes de capitalismo, de economia internacional, de *Weltwirtschaft* (com tudo aquilo que a palavra comporta de perturbador e de rico do pensamento alemão) não se descreveu as evoluções mais agudas, os superlativos, muitas vezes as exceções? Na sua magnífica história dos cereais na Grécia antiga, Alfred Jardé, após ter pensado nas formas “modernas” do comércio de grãos, nos negociantes de Alexandria, senhores do tráfico dos alimentos, imagina um pastor do Peloponeso ou do Epiro, que vive do seu campo, de suas oliveiras, que nos dias de festa, mata um leitão de seu próprio rebanho... Exemplo de milhares e milhares de economias fechadas ou semi-fechadas, fora da economia internacional de seu tempo e que, à sua maneira, contraem a expansão e os ritmos. Inércias? Há ainda aqueles que em cada idade impõem seus meios, seu poderio, sua rapidez, ou melhor, sua lentidão relativa. Todo estudo do passado deve necessariamente comportar uma medida minuciosa daquilo que, em determinada época, pesa exatamente sobre sua vida: obstáculos geográficos, obstáculos técnicos, obstáculos sociais, administrativos... Para precisar o nosso pensamento, podemos dizer que se empreendêssemos o estudo — que nos tenta — da França das Guerras de Religião, partiríamos duma impressão que pareceria talvez, à primeira vista, arbitrária, e da qual estamos seguros que ela não o é. Algumas viagens que pudemos fazer através dessa França, nos fizeram imaginá-la como a China entre as duas guerras mundiais: um imenso país onde os homens se perdem, melhor que a França do século XVI que não tem a superabundância demográfica do mundo chinês; mas a imagem é boa: dum grande espaço talado pela guerra, nacional e estrangeira. Tudo aí se encontra: cidades sitiadas, temerosas mortandades, diluição de exércitos flutuantes entre províncias, mudanças regionais, reconstruções, milagres, surpresas... Não diremos que a comparação se manteria por muito tempo, até o fim do nosso estudo. Mas que é daí que se deveria partir, dum estudo dêsse clima de vida, dessa imensidade, dessas fretagens inumeráveis que nos levam, para compreender todo o resto, inclusive à economia e à política.

Esses exemplos não situam o problema. Eles o fazem aparecer entretanto em algumas de suas linhas mestras. Tôdas as existências, tôdas as experiências são prisioneiras dum invólucro mui-

to espesso para serem quabradas com um golpe, limite de potência do instrumento que não permite que certos movimentos, ou melhor, certas reações ou novações ideológicas. Limite espesso, desesperador e razoável ao mesmo tempo, bom e mau, impedindo o melhor ou o pior, para falar um instante como moralista. Quase sempre, a economia luta contra o mais indispensável progresso social, mas acontece também que ela freia a guerra — pensamos no século XVI com suas lutas sufocantes, cortadas por pausas — ou que ela impede o desempreço nesse mesmo século XVI em que as atividades de produção são esmigalhadas em organismos minúsculos e numerosos, de espantosa resistência às crises.

Êsse estudo dos limites, das inércias — pesquisa indispensável ou que o deveria ser para o historiador obrigado a contar com realidades d'outrora, as quais convêm dar sua verdadeira medida — êsse estudo não é também da alçada do economista nas suas funções mais atuais? A civilização econômica de hoje tem seus limites, seus momentos de inércia. Sem dúvida é difícil ao economista extrair êsses problemas históricos ou sociais do seu contexto. A êle cabe nos dizer, entretanto, como seria necessário formulá-los melhor, ou então que nos demonstre porque estão aí falsos problemas, sem interêsse... Um economista que interrogamos recentemente nos respondia que para o estudo dessas freiaagens, dessas viscosidades, dessas resistências, êle contava sobretudo com os historiadores. Estaria êle bem certo? Se há aí, pelo contrário, elementos econômicos, muitas vêzes discerníveis, e mensuráveis, não seria sòmente na ocasião?

## II

O historiador tradicional presta atenção ao breve tempo da história, o das biografias e dos acontecimentos. Êsse tempo não é apenas aquêle que interassa os historiadores economistas ou sociais. Sociedades, civilizações, economias, instituições políticas vivem com um ritmo menos precipitado. Não espantaremos os economistas — que, aqui, nos forneceram os nossos métodos — se por nossa vez falamos de ciclos, de inter-ciclos, de movimentos periódicos, cuja fase vai de cinco a dez, vinte, trinta, até mesmo a cinquenta anos. Mas ainda nesse caso do nosso ponto de vista não se trata sempre duma história de ondas cíclicas curtas?

Abaixo dessas ondas, do domínio dos fenômenos de tendências (a tendência secular dos economistas), apresenta-se, com declives imperceptíveis, uma história de longuíssimos períodos, uma história lenta em se deformar e, em seguida, a se revelar à observação. E' ela que designamos, na nossa linguagem imperfeita, com o nome de história estrutural, a que se opõe menos à história de acontecimentos (*événementielle*) do que a uma história conjuntural, de ondas relativamente curtas. Podemos imaginar as dis-

cussões (2) e a tomada de posição que poderiam ocasionar algumas dessas linhas!

Mas suponhamos essas discussões sobrepujadas e, se não definida, pelo menos suficientemente sabida essa história de profundidade. Ela também é uma história econômica (a demografia, através do tempo, seria uma boa, uma muito boa demonstração). Mas não poderíamos registrar de uma maneira válida as grandes oscilações estruturais, se não dispuzéssemos duma longuíssima série retrospectiva de documentação — e estatística, de preferência. Sabe-se bem que êsse não é o caso, e que trabalhamos e especulamos sôbre séries relativamente breves e particulares, como as séries de preços e salários. Entretanto, não havia interêsse em examinar sistematicamente o passado, bem ou pouco conhecido, por grandes unidades de tempo, não por anos ou dezenas de anos, mas por séculos inteiros? Ocasão para sonhar ou para pensar útilmente?

Supondo que haja entidades, zonas econômicas de limites relativamente fixos, um método geográfico de observação não seria eficaz? Mais que as etapas sociais do capitalismo, por exemplo, para parafrasear o belo título duma luminosa comunicação de Henri Pirenne, não haveria interêsse em descrever as etapas geográficas do capitalismo, ou, mais amplamente ainda, em promover sistematicamente, nos seus estudos de história, pesquisas de geografia econômica, — numa palavra, ver como se registrariam nos espaços econômicos dados, as ondas e as periferias da história? Tentamos, sem o conseguirmos sòzinhos, mostrar o que podia ser, no fim do XVI século, a vida do Mediterrâneo. Um de nossos bons pesquisadores, o Sr. A. Rémond, está concluindo seus estudos sôbre a França do XVIII século e pretende mostrar como a economia francesa se destaca então do Mediterrâneo, apesar do aumento do tráfego, para se voltar para o Oceano: êsse movimento de torsão acarretará, através de estradas, mercados e cidades, importantes transformações. Pensamos também que no início do XIX século ainda (3), a França é uma série de Franças provinciais, com seus círculos de vida bem organizados, e que, ligados em conjunto pela política e as trocas, comportam-se umas em relação às outras como nações econômicas, com regulamentos, segundo as lições dos nossos manuais e com o conseqüente deslocamento de numerário para reequilibrar a balança de contas. Essa geografia, com as modificações que lhe traz um século fértil em inovações, não é, para o caso francês, um plano válido de pesquisas e uma maneira de atingir, esperando por coisa melhor, êsses pedaços de história lenta cujas modificações espetaculares e as crises nos barra a vista?

---

(2). — Não seria assunto apenas de gramáticos. Não seria melhor dizer *conjuntal e estrutural*?

(3). — Vide os trabalhos em preparação dum jovem economista: o sr. François DESAUNAY, assistente na Escola de Altos Estudos (Paris).

Por outro lado, as perspectivas longas da história sugerem, de maneira talvez enganosa, que a vida econômica obedece a grandes ritmos. As cidades gloriosas da Itália medieval, das quais o século XVI não marcará brutalmente o declínio, estabeleceram muitas vezes sua fortuna, originalmente, graças aos lucros dos transportes rodoviários ou marítimos. Assim foi Asti, assim foi Veneza, assim foi Gênova. A atividade mercadora surgiu, depois veio a atividade industrial. Enfim, coroamento tardio, a atividade bancária. Prova inversa, o declínio tocou sucessivamente, em longos intervalos, algumas vezes — e não sem recuos — os transportes, o comércio, a indústria, deixando subsistir, durante muito tempo, as funções bancárias. No século XVIII, Veneza e Gênova serão sempre praças onde há abundância de dinheiro.

O esquema é muito simplificado, não afirmamos que êle seja perfeitamente exato, mas pensamos aqui mais sugerir do que demonstrar. Para o complicar e o aproximar do real, seria necessária demonstrar que para cada atividade nova corresponde o derribamento duma barreira, a um obstáculo superado. Seria necessário indicar também que essas subidas e essas descidas não são linhas muito simples, são linhas baralhadas, como se diz, por mil interferências parasitárias. Seria necessário mostrar também que essas fases sucessivas, dos transportes ao banco não surgem por ruptura brusca. No ponto de partida, como uma semente que contém virtualmente uma planta, cada economia urbana implica em estádios diversos para tôdas as atividades, algumas ainda em estado embrionário. Enfim, haveria perigo evidente em querer tirar uma lei dum exemplo e, supondo-se que se chegue a conclusões acêrca desses Estados em miniatura que foram as cidade italianas da Idade Média (uma micro-economia?) como usá-los para explicar, *a priori*, as experiências de hoje? O salto é muito perigoso para que se pense duas vezes antes de dá-lo.

Entretanto, os economistas não poderiam nos ajudar mais uma vez? Teremos razão em ver nos transportes e naquilo que a êle está ligado (os preços, as estradas, as técnicas) uma espécie de motor decisivo *com o andar do tempo*, e há, para furtar uma palavra aos astrônomos, uma *precessão* de certos movimentos econômicos sôbre os outros, não na única e estreita duração dos ciclos e inter-ciclos, mas sôbre larguíssimos períodos?

### III

Outro problema que nos parece capital: o do *contínuo* e do *discontínuo*, para falar a linguagem dos sociólogos. A querela que isso provoca vem talvez daquilo que se tem raramente em conta da pluralidade do tempo histórico. O tempo que nos arrasta, arrasta também, se bem que de maneira diferente, sociedades e civilizações cuja realidade excede, porque a duração da sua vida é

bem mais longa que a nossa, e que os marcos, as etapas rumo à decrepitude não são jamais os mesmos, para elas e por nós. O tempo que é o nosso, o da nossa experiência, da nossa vida, o tempo que torna a trazer as estações e faz florescer as rosas, que marca o escoamento da nossa idade, conta também as horas da existência das diversas estruturas sociais, mas com um outro ritmo. Não obstante serem lentas em envelhecer elas mudam também; elas acabam por morrer.

Ora, que é uma *discontinuidade* social, se não é, em linguagem histórica, uma dessas rupturas estruturais, fendas de profundidade, silenciosas, indolores, dizem. Nasce-se com um estado social (isto é, ao mesmo tempo, uma mentalidade, quadros, uma civilização e notadamente uma civilização econômica) que muitas gerações conheceram antes de nós, mas tudo pode desmoronar-se antes que se termine a nossa vida. Daí as interferências e as surpresas.

Essa passagem dum mundo para o outro é o grande drama humano sobre o qual desejamos esclarecimentos. Quando Sombart e Sayous discutem para saber quando nasceu o capitalismo moderno, é uma ruptura dessa ordem que eles procuram, sem pronunciar o nome e sem achar a data precisa. Não desejaríamos que nos dessem uma filosofia dessas catástrofes (ou da catástrofe falsamente típica que é a queda do mundo romano que se poderia estudar como os militares alemães estudaram a batalha de Canas), mas um estudo da visão múltipla da discontinuidade. Os sociólogos já a discutem, os historiadores a descobrem; os economistas podem pensar nisso? Tiveram eles a ocasião, como nós, de encontrar o pensamento agudo de Ignace Meyerson? Essas rupturas em profundidade, partem em pedaços um dos grandes destinos da humanidade, seu destino essencial. Tudo que êle traz com o seu arrôjo se desmancha ou pelo menos se transforma. Se, como é possível, acabamos de atravessar uma dessas zonas decisivas, não vale mais nada para o futuro os nossos instrumentos, os nossos pensamentos ou os nossos conceitos de ontem, todo o ensino fundamentado sobre uma volta ilusória a valores antigos está caduco. A economia política que temos, bem ou mal, assimilada das lições dos nossos bons mestres, não servirá para os nossos velhos dias. Mas justamente, dessas discontinuidades estruturais mesmo ao preço de hipóteses, os economistas não terão nada a dizer? a nos dizer?

\*

\* \* \*

Como se vê, aquilo que nos parece indispensável para um novo partida das ciências humanas, é menos qualquer movimento particular que a instituição dum imenso debate geral — um de-

bate que não será jamais encerrado, evidentemente, pois que a história das idéias, inclusive a história da história, é também um ser vivo, que vive sua vida própria, independente daquela dos seres mesmos que a animam. Nada mais tentador, mas de mais radicalmente impossível, que a ilusão de levar o social tão complexo e tão desorientador a uma só linha de explicação. Nós, os historiadores e os sociólogos, somos os *únicos* a ter o direito de olhar sôbre *todo* aquilo que depende do homem é do nosso ofício, e o nosso tormento também, reconstituir com tempos diferentes e ordens de fatos diferentes, a unidade da vida. "A história, é o homem", segundo a fórmula de Lucien Febvre. Ainda é necessário, quando tentamos reconstituir o homem, que restabelecamos o conjunto das realidades que se aparentam e que se juntam e vivem no mesmo ritmo. Senão o *puzzle* será deformado. Colocar face a face uma história estrutural e uma história conjuntural, é forçar uma explicação, ou, se se volta para a história dos fatos (*événementiel*), procurar uma explicação aguda. E' entre massas semelhantes que é necessário procurar as correlações, em cada andar: primeiro cuidado, primeiras pesquisas, primeiras especulações. Em seguida, de andar em andar, como pudermos, reconstituiremos a casa.

**FERNAND BRAUDEL**

Professor do Colégio de França e ex-professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.